



Governo tenta adiar mudança no cálculo da dívida dos estados

Votação de proposta foi transferida de ontem para hoje, quando ministro Mantega deve conversar com os senadores

O governo teme que a redução nos valores que estados e municípios devem à União diminua a capacidade de o país honrar compromissos e fazer investimentos. Para os governistas, isso pode afetar a nota do Brasil junto às agências de classificação de risco. O adiamento gerou intenso debate. Senadores de oposição cobraram acordo feito em dezembro para votar a proposta. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Renan Calheiros (2º à esq.), presidente do Senado, diz ao governador Tarso Genro (E) e a parlamentares que colocará projeto em votação, mas pede entendimento

Jimmy Christian/Agência Senado



CPI poderá apresentar em 90 dias proposta para reorganizar sistema de ônibus

Requião quer início da CPI dos Transportes já este mês **8**

Punição para empresas corruptoras entra em vigor **8**

Consultores veem problemas em proposta para mineração **5**

Senado define comissão especial para novo Código Comercial **4**

Lobão Filho destaca conquista do orçamento impositivo **2**

Comissão avalia relatório sobre visita a Penitenciária de Pedrinhas **5**



Reprodução

Começa consulta sobre prazo de exame da OAB

A partir de hoje, qualquer cidadão pode opinar no Portal e-Cidadania sobre projeto que amplia para três anos a validade da aprovação na primeira fase da prova da Ordem dos Advogados do Brasil. **7**

Código de Ética pode ser estendido a suplente e senador licenciado **6**



SEMINÁRIO INTERNACIONAL de 5 a 7 de fevereiro

O Ministério de Relações Exteriores (FCO) do Reino Unido tem a honra de apresentar o Projeto Boas Práticas Legislativas Brasil - Reino Unido. O objetivo é realizar um seminário para o fortalecimento das relações entre os dois países por meio de cooperação interparlamentar. A organização é da Embaixada Britânica com o apoio da Alesfe e do Interlegis. Palestras incluem o ministro da SAE, Marcelo Neri, Dave Watts MP e Anthony Pereira, entre outros.

Inscrições pelo email Brasilia.RSVP@fco.gov.uk

Vagas limitadas!

| Auditório do INTERLEGIS



Lobão Filho comemora orçamento impositivo

No retorno às atividades, presidente da Comissão Mista de Orçamento enalteceu a coragem dos parlamentares, que aprovaram a PEC do Orçamento Impositivo mesmo contra a vontade do governo

EM CURTA REUNIÃO ontem, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) retomou as atividades. O presidente da comissão, senador Lobão Filho (PMDB-MA), elogiou o desempenho dos deputados e senadores que a integraram no ano passado e comemorou a adoção do orçamento impositivo como uma das grandes conquistas do Parlamento em 2013.

Como não houve quórum para a votação da pauta da CMO, Lobão Filho apenas comunicou o recebimento de ofícios e suspendeu a reunião, convocando a retomada para hoje, às 15h.

O senador afirmou que há mais de 30 anos o Parlamento desejava o orçamento impositivo. Para ele, “foi muita coragem dos parlamentares” aprovarem a PEC do Orçamento Impositivo mesmo contra a vontade do governo federal.

— Foi uma guerra contra o governo, mas essa comissão representou o desejo do Congresso Nacional — disse o senador, antes de acrescentar que o orçamento impositivo será de grande importância para o “exercício legislativo de todos os parlamentares”.

O relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014, deputado Danilo Forte (PMDB-CE),



Senador Lobão Filho preside reunião ordinária da Comissão Mista de Orçamento

acompanhou a opinião do presidente e também comemorou o orçamento impositivo, elogiando as atividades da CMO no ano passado.

A deputada Nilda Gondim (PMDB-PB) elogiou Lobão Filho e Danilo Forte pelo sucesso dos trabalhos da CMO em 2013 e disse que todos os integrantes da comissão desempenharam um “trabalho incansável”.

No final de dezembro do ano passado, a presidente da República sancionou a LDO para o ano de 2014 (Lei 12.919/2013), sem vetos ao orçamento impositivo.

O orçamento impositivo obriga o governo a liberar integralmente os recursos das emendas parlamentares. Antes desse mecanismo, o dinheiro poderia não ser

liberado, mesmo que as emendas estivessem inscritas no Orçamento. Além disso, os parlamentares reclamavam da lentidão do governo na disponibilização dos recursos.

Composição

A CMO tem que definir a composição para 2014 na segunda quinzena do mês de fevereiro de cada sessão legislativa. A Mesa do Congresso deve fixar as representações dos partidos e blocos parlamentares na CMO, observado o critério da proporcionalidade partidária. Logo depois, devem ser definidos o novo presidente e os três vices.

Pela regra atual de revezamento, o atual presidente, senador Lobão Filho, deve dar lugar a um deputado.

Projeto exige servidores de carreira na direção da Receita



Ex-secretário da Receita Federal, Francisco Dornelles (PP-RJ) quer que os cargos de dirigente sejam ocupados só por servidores de carreira. Projeto com a mudança (PLS 133/2007) deve ser votado este ano pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Dornelles, autor do texto, diz que o exercício de certas funções decisórias no âmbito da administração pública deve sofrer o mínimo de influência de interesses de ocasião. Esse, na opinião dele, é o caso das funções ligadas à Constituição e à cobrança de créditos públicos, que exigem conhecimentos técnicos.

— Essa providência se insere na busca da profissionalização da função pública, que é reconhecida como um dos elementos mais importantes para garantir a eficiência e a qualidade da prestação de serviços públicos — disse.

Em parecer favorável, o relator na CCJ, então senador Sérgio Souza, observou que a administração pública tende a lucrar com tal garantia.

Ele recordou que existem outras categorias, no âmbito do Estado brasileiro, cujo chefe deve ser escolhido entre os integrantes da respectiva carreira e observou que as mudanças representam maturidade para acatar as novas normas.

Congresso deve ampliar conquistas, diz Anibal Diniz



Ao referir-se, ontem, à retomada dos trabalhos legislativos, Anibal Diniz (PT-AC) lembrou os esforços do Senado em 2013 e observou que o Congresso está diante de novas oportunidades de avançar na aprovação de mais medidas para o

desenvolvimento do país e para a sociedade. Também ressaltou o trabalho do PT para manter e ampliar conquistas e afirmou que essa é a linha a ser seguida em 2014.

— Olhar para a frente e estabelecer metas ambiciosas, mas com o cuidado de ajustar o foco das ações no aprofundamento dos resultados.

Anibal acredita que, mesmo com as eleições e a Copa do Mundo, o Senado conseguirá votar projetos importantes em 2014. Ele ressaltou pontos da mensagem da Presidência da República, lida na sessão de abertura dos trabalhos do Congresso, e observou que o governo elege como prioridade o aperfeiçoamento da redução das desigualdades sociais e econômicas.

O senador destacou resultados, especialmente no meio rural, onde houve geração de emprego, oferta de vagas em cursos técnicos e acesso a programas habitacionais e a serviços de saúde, com o Programa Mais Médicos.

Ruben Figueiró homenageia o jornal Correio do Estado

O jornal *Correio do Estado*, de Mato Grosso do Sul, que completa 60 anos na sexta-feira, foi homenageado ontem em Plenário por Ruben Figueiró (PSDB-MS). Segundo ele, o *Correio* é um jornal polêmico, independente e moderno, que esteve presente nos acontecimentos marcantes da história econômica, social e política do estado e do país.



— O *Correio do Estado* empolgou a opinião pública devido às bandeiras populares que assumiu nas décadas de 50, 60 e 70, conduzindo-as com acentuado espírito democrático e determinação editorial, tornando-se, assim, o órgão de imprensa mais influente do nosso estado, Mato Grosso do Sul — declarou o senador.

Livraria do Senado tem coletânea de pioneiro em quadrinhos

Ainda é possível adquirir a coletânea produzida pelo Senado das obras do quadrinista Angelo Agostini, italiano naturalizado brasileiro que publicou, a partir de 30 de janeiro de 1869, *As Aventuras de Nhô-Quim ou Impressões de uma Viagem à Corte*, considerada a primeira história em quadrinhos brasileira de longa duração e uma das primeiras



em âmbito mundial. A história foi publicada pela revista *A Vida Fluminense* até janeiro de 1872, com algumas interrupções, totalizando 14 capítulos.

A obra apresenta os 14 capítulos de *Nhô-Quim* e os 75 capítulos de *Zé Caipora*. A coletânea, que tem 200 páginas, está no catálogo da Livraria do Senado e pode ser adquirida pelo site por R\$ 30.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pauta trancada

14h A pauta continua trancada pela MP 626/2013, que abre crédito para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

PRESIDÊNCIA Reunião de líderes

10h30 Renan Calheiros participa da reunião de líderes; às 11h30, recebe o relatório final da comissão temporária para reforma do Código Penal; às 15h, recebe os senadores Paulo Paim, Pedro Simon e Ana Amélia, acompanhados de comissão da Festa da Uva. Preside ordem do dia às 16h.

CDH Diligência em penitenciária

9h Apresentação e discussão do relatório da diligência na Penitenciária de Pedrinhas, no Maranhão. Após, a comissão analisa pauta com 18 itens, entre eles o que facilita a concessão de salário mínimo a pessoas com deficiência e idosos.

CAS Isenção para albinos

9h Análise do projeto que isenta do Imposto de Renda a aposentadoria de pessoas com albinismo e do que assegura a disponibilidade de leitos em UTIs pelo SUS.

CCJ Embalagens de refrigerantes

9h30 Na pauta, projetos sobre alerta de risco à saúde nas embalagens de refrigerantes e sucos e sobre o Plano de Gerenciamento da Floresta Amazônica.

CDR Requerimentos

10h A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo faz reunião extraordinária para deliberação de requerimentos.

PRÁTICAS LEGISLATIVAS Seminário

14h30 Abertura do seminário internacional Boas Práticas Legislativas, no Auditório do Interlegis. Iniciativa é da embaixada britânica com apoio da Alesfe.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 9h, reunião da **Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**; e, na sequência, reunião da **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h30, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Após protestar e cobrar cumprimento de acordo, oposição acata apelo do líder do governo, Eduardo Braga. Ministro Guido Mantega deve debater projeto no Senado hoje

Nova regra sobre dívidas de estados deve ser votada hoje

O ADIAMENTO PARA hoje da discussão e votação do projeto que muda o indexador da dívida dos estados e municípios foi motivo de intenso debate em Plenário entre governo e oposição. O exame do PLC 99/2013, já aprovado pela Câmara dos Deputados, constava da pauta de ontem.

Senadores cobraram a apresentação de requerimento para deliberar sobre o adiamento, conforme prevê o Regimento Interno, mas no final cederam ao apelo do líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM). Ele observou que, em razão de visita de governadores ao Senado para tratar do assunto, os líderes partidários não tiveram tempo de se reunir com

o presidente da Casa, Renan Calheiros, para a definição da pauta das próximas sessões.

Segundo ele, a orientação do ministro da Fazenda, Guido Mantega, é ter cautela na avaliação da oportunidade de votar o projeto.

Mantega é esperado hoje no Senado para conversar com os líderes sobre a iniciativa, que faz do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) o novo indexador e reduz os juros (que variam de 6% a 9%) para 4%, tendo como teto a taxa Selic. Além disso, retroage à assinatura dos contratos.

Para Eduardo Braga, é improvável que o Senado vote o projeto sem que a Câmara

aprove a redistribuição do ICMS proveniente de comércio eletrônico. O assunto interessa a 24 estados, do total de 27, calculou o líder.

Ele também lembrou que o compromisso de resolver o ICMS foi parte da negociação da guerra dos portos e lamentou o atraso da votação na Câmara.

— Quando as lideranças do Senado se manifestam na vinculação de um projeto ao outro, isso acontece para que a decisão seja federativa — explicou.

Walter Pinheiro (PT-BA) foi um dos senadores que reforçou a ideia de associar as duas votações. Ele disse que, na ocasião dos projetos que pacificavam a guerra dos portos, o governo da Bahia concordou em reduzir os impostos de importação (ICMS-Importação) porque ganharia no comércio eletrônico.

A oposição, no entanto, lembrou acordo firmado com o governo em dezembro de 2013 para que o projeto, aprovado nas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição e Justiça (CCJ), fosse votado na primeira sessão deliberativa do ano.



Tarso Genro e Ana Amélia participaram de reunião sobre projeto

Senado tem autonomia para votar proposta, diz Tarso Genro

O governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro (PT), disse ontem que o Senado tem autonomia para decidir se vota ou não projeto que pode reduzir os encargos pagos sobre as dívidas de estados e municípios com a União (PLC 99/2013). A declaração foi feita após reunião de governadores e parlamentares com o presidente do Senado, Renan Calheiros, que garantiu a votação da proposta hoje. Para o governo, este não é um momento adequado para definir o assunto.

— É um projeto do governo que está no Senado e o Senado tem a autonomia, a responsabilidade e a soberania de votar ou de não votar — afirmou Tarso.

Também participaram da reunião o governador do Paraná, Beto Richa, e o vice-governador de Santa Catarina, Eduardo Pinho Moreira. Eles estiveram no Senado para cobrar a aprovação da proposta, antiga reivindicação de governadores e prefeitos.

Apesar de garantir que porá o texto em votação, Renan pediu diálogo entre os líderes.

— Do ponto de vista da confiança dos mercados, postergar pode ter efeito contrário na economia. Por isso, sugiro que se construa um amplo diálogo com os líderes do governo no sentido de garantir que a proposta não seja vetada — afirmou o presidente da Casa.

Ana Amélia (PP-RS), que integrou a reunião, lembrou que o projeto deveria ter sido votado no ano passado, o que só não ocorreu porque havia um acordo do governo com as lideranças. O objetivo era votar o texto só no início de 2014 para evitar o impacto sobre a avaliação das agências de risco no exercício de 2013.

A senadora acredita que Renan está fazendo a parte dele ao garantir o projeto na pauta, mas afirmou que se sentirá enganada se o acordo não for cumprido pelo governo. Ana Amélia reiterou a posição em discurso no Plenário.



Randolfe (E) e Eduardo Braga: governo não considera momento adequado

Oposição cobra acordo com o governo

Senadores de oposição cobraram ontem acordo firmado com o governo em dezembro de 2013 para que o projeto do novo indexador das dívidas estaduais fosse votado na primeira sessão deliberativa do ano. O projeto é relatado por Luiz Henrique (PMDB-SC).

José Agripino (DEM-RN) defendeu a aprovação sem emendas. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que o adiamento deveria ser discutido com todos, e não apenas com

líderes. Ana Amélia (PP-RS) disse que se sentia enganada.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) observou que os “alguns estados estão beirando a inviabilidade econômica, fruto de distorções nos contratos de financiamento da dívida pública”. Segundo Benedito de Lira (PP-AL), entre 2007 e 2013, o governo reteve R\$ 5 bilhões de Alagoas para pagamento de juros. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que todas as unidades da Federação já pagaram bem

mais do que deviam, embora hoje devam “duas ou três vezes a dívida inicial”.

A votação imediata foi defendida por Lindbergh Farias (PT-RJ), que preside a CAE e reiterou o acordo feito com o governo. Segundo ele, o acordo atual da dívida tem cláusulas “draconianas”. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) comentou que o projeto é insuficiente para a “agiotagem explícita” que a União promove contra os estados.

Para Ideli, negociação depende de PEC

De acordo com a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, a negociação do PLC 99/2013 no Congresso está condicionada à aprovação da proposta que garante parte da arrecadação do ICMS nas vendas pela internet ao estado onde está o comprador (PEC 103/2011), atualmente na Câmara. Após reunião com o presidente do Senado, Renan Calheiros, ela confirmou que o governo pretende segurar a votação do PLC 99/2013.

Os dois projetos fazem parte de um pacote de medidas econômicas que visavam ao combate à guerra fiscal e, ao

mesmo tempo, à possibilidade do pagamento das dívidas dos estados com a União.

— A negociação envolvia outros temas. Isso daria um



Ideli: governo quer aprovar proposta sobre ICMS no comércio eletrônico

equilíbrio maior entre os estados, o que seria uma espécie de contrapartida — disse.

O PLC 99/2013 inclui normas financeiras voltadas para a responsabilidade fiscal e que alteram a indexação da dívida dos estados e dos municípios com a União, atualmente feita pelo Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI).

Um dos motivos do recuo do governo em relação ao PLC 99/2013 foi o receio de queda na próxima classificação de risco (*rating*) do país por parte das agências internacionais Moody's e Standard&Poors.

Paim agradece a Randolfe por retirada de emendas

O entendimento para a apreciação, hoje, do projeto que muda o indexador da dívida dos estados e municípios foi elogiado por Paulo Paim (PT-RS). De acordo



especial a Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que, mediante apelo do governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, concordou em retirar emendas de autoria dele ao PLC

99/2013 para evitar a possibilidade de o texto retornar para a Câmara dos Deputados, onde já foi aprovado.

Paim fez um agradecimento

Lindbergh: é muito difícil concluir reforma do ICMS ainda este ano

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Lindbergh Farias (PT-RJ), disse que, por falta de acordo com três estados, dificilmente a reforma do ICMS será aprovada este ano, a não ser que haja

uma decisão do ministro da Fazenda.

— A reforma está muito prejudicada por conta do impasse nas negociações entre os estados da Federação — avaliou o parlamentar.

Para Suplicy, balança negativa não é tendência para o ano

Waldemir Barreto/Agência Senado



Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que o saldo negativo na balança comercial em janeiro não deve ser

apontado como tendência para o ano. Para ele, houve um estardalhaço desnecessário em torno do déficit de US\$ 4,06 bilhões da balança comercial de janeiro, apontado como o pior da história.

O senador afirmou que em 2013 houve déficit nesse mesmo mês, mas o ano terminou com saldo positivo de quase US\$ 2,6 bilhões. Segundo ele, os déficits são comuns em janeiro por ser mês de entressafra, quando há redução nas exportações de produtos agrícolas. Janeiro também é mês de reposição de estoques. Por isso, há tendência de aumento das importações.

Ele explicou que, além disso, algumas compras importantes para investimentos do país, como a de uma plataforma de petróleo que custou US\$ 379 milhões, tiveram grande impacto na balança comercial.

Couto rejeita critérios de Dilma para o gasto de dinheiro público

Waldemir Barreto/Agência Senado



O senador Mario Couto (PSDB-PA) atacou os critérios do governo para os gastos públicos. A previsão

de gastos públicos com as obras da Copa do Mundo era de R\$ 2,6 bilhões. Porém, a corrupção e a falta de fiscalização nas licitações fizeram com que o valor saltasse para R\$ 8 bilhões, disse.

A "falta de sensibilidade" da presidente chama a atenção, afirmou o senador ao lembrar que, enquanto não há investimentos em saúde e educação no Brasil, o governo não hesita em emprestar dinheiro a Cuba para construir um porto.

— Vai, Dilma, ver os hospitais lá no Marajó. Vai, Dilma, ver a condição do transporte no meu Marajó... E aí tu mandas dinheiro para um ditador, safado, que envergonhou o mundo?!

Couto ainda lamentou que o governo trate com "descaso" os empresários brasileiros e insista em afirmar que a inflação está sob controle.

Definida comissão especial para o Código Comercial

Quatro titulares e quatro suplentes vão examinar projeto que se originou de texto elaborado por juristas, a pedido do Senado, para aumentar a segurança jurídica nas relações empresariais

NA PRESIDÊNCIA DA sessão de ontem, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) anunciou os senadores indicados para a comissão temporária que vai examinar o projeto de reforma do Código Comercial (PLS 487/2013).

Os titulares são Eunício Oliveira (PMDB-CE), Eduardo Braga (PMDB-AM), Jader Barbalho (PMDB-PA) e Francisco Dornelles (PP-RJ). Os suplentes são os senadores

Clésio Andrade (PMDB-MG), Ana Amélia (PP-RS), Sérgio Petecão (PSD-AC) e Benedito de Lira (PP-AL).

O texto que deu origem ao projeto foi elaborado por uma comissão de juristas designada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, em maio de 2013. Em novembro, o grupo, presidido pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) João Otávio Noronha, entregou o anteprojeto

ao Senado Federal.

Os objetivos da proposta são aumentar a segurança jurídica nas relações empresariais, modernizar e simplificar o regime contábil, atualizar a Lei de Falências, fortalecer a autorregulação e melhorar o ambiente de negócios.

Na abertura do ano legislativo, na segunda-feira, a reforma do Código Comercial foi citada por Renan como um dos projetos prioritários deste ano.



Renan recebe o anteprojeto do Código Comercial do presidente da comissão de juristas, João Otávio Noronha, em novembro

Projeto extingue taxa em financiamento

Os agentes financeiros poderão ficar impedidos de cobrar dos mutuários taxas de administração nos contratos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). A medida é prevista em projeto (PLS 129/2006) de Paulo Paim (PT-RS) que deverá entrar na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) neste semestre.

Segundo Paim, os valores

cobrados pelos agentes a título de ressarcimento de custos de administração de contratos chegam a representar quase a metade da mensalidade. Para ele, "não é justo que recursos baratos, obtidos da caderneta de poupança e do FGTS para uma finalidade de cunho estritamente social, sejam canalizados para engordar ainda mais os lucros dos bancos".

O relator na CAE, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), disse que a proposta "reveste-se de grande mérito e contribui para reduzir o ônus imposto aos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação".

O projeto ainda será analisado pelas Comissões de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) e de Assuntos Sociais (CAS).

Refrigerante deve alertar sobre riscos

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pode aprovar hoje projeto (PLS 196/2007) de Jayme Campos (DEM-MT) que exige mensagem de alerta nas embalagens de bebidas açucaradas, como refrigerantes e sucos, sobre os males à saúde causados pelo consumo excessivo. A proposta tem parecer favorável da relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), com duas emendas.

As frases de alerta deverão seguir padrão estabelecido pelo Ministério da Saúde. E poderão vir acompanhadas de imagens ou figuras que tornem o sentido da mensagem mais claro para o consumidor.

As restrições ao consumo

abusivo desses alimentos ultrapassam o simples controle da obesidade. Segundo salientou a relatora, o excesso de peso é um sério fator de risco de doenças crônicas não transmissíveis, como câncer, diabetes, pressão alta, infarto e derrame.

"É mister enfatizar que, no Brasil, as doenças crônicas não transmissíveis correspondem a 72% das causas de morte. Daí decorre a importância da prevenção dos fatores de risco dessas enfermidades", justifica Lúcia Vânia no relatório para a CCJ.

Dados do sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crô-

nicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), divulgados pelo Ministério da Saúde em agosto de 2013, revelaram que 51% da população adulta nas 26 capitais brasileiras e no Distrito Federal estava com sobrepeso e 17,1% tinham obesidade.

"É de realçar que, em 2006, o sobrepeso atingia 43,2% dos adultos e a obesidade, 11,6% deles. De 2006 a 2012, o sobrepeso aumentou aproximadamente 18% e a obesidade, 47,4%", observou Lúcia Vânia.

Depois de passar pela CCJ, a proposta será analisada pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS), cabendo à última a votação final.

Flexa Ribeiro aponta má gestão dos recursos federais

A administração das contas públicas do país foi criticada ontem por Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Ele afirmou que a sociedade paga um alto valor de impostos e não recebe retorno.

O senador informou que, de acordo com dados divulgados pelo Tesouro Nacional em janeiro, o superávit de 2013 foi o menor em quatro anos e quase 13% inferior ao de 2012. Na opinião dele, o governo "torrou dinheiro como nunca no ano passado", o equivalente a 19% do PIB, patamar de ganância que, segundo ele, nunca havia sido atingido.

Durante o pronunciamento, Flexa apresentou voto de aplauso ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará, que completou 140 anos ontem. O senador explicou que o tribunal é o terceiro mais antigo do Brasil e tem priorizado cada vez mais a cidadania ao estender os investimentos com o objetivo de atender regiões mais distantes.

Cyro Miranda critica condução da economia

Cyro Miranda (PSDB-GO) questionou as autoridades públicas federais sobre as medidas

que estão sendo tomadas para manter a estabilidade econômica e observou que, neste início de 2014, o Brasil vai perdendo a credibilidade no cenário internacional.

Cyro atribui a situação à presidente Dilma Rousseff; ao ministro da Fazenda, Guido Mantega; ao presidente do Banco Central, Alexandre Tombini; e ao secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin. A equipe do governo, segundo ele, "chega a 2014 fracassada como gestores da economia brasileira e sem credibilidade no setor produtivo".

— Ou o atual governo faz um esforço descomunal para reconduzir o país ao caminho da estabilidade econômica ou as futuras gerações pagarão um preço exorbitante pela falta de gestão pública e de equilíbrio fiscal. Não vai ser fácil! — disse o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senadores avaliam relatório sobre crise em penitenciária maranhense

Documento aponta necessidade de ação conjunta de vários órgãos para tomar o controle da penitenciária das mãos do crime organizado

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) tem reunião extraordinária marcada para hoje às 9h. Antes de votar os 18 itens da pauta de deliberações, os senadores que integram o colegiado vão discutir o relatório de Ana Rita (PT-ES), presidente da CDH, sobre a diligência realizada no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão.

No relatório, Ana Rita registra que, durante as diligências, “a concentração de presos na capital foi apontada como uma das principais causas dos problemas”. A senadora concluiu que a situação em Pedrinhas não se repete em outras unidades prisionais do estado.

Ela também afirma que “o crime organizado está fora do controle estatal e a



Senadores visitaram as instalações da Penitenciária de Pedrinhas em janeiro

retomada certamente exigirá uma conjugação de esforços do Congresso, do Judiciário, do Ministério Público, das defensorias públicas, do governo federal e dos governos estaduais”.

Os senadores da CDH estiveram na capital maranhense no dia 13 de janeiro

para verificar a situação do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde foram assassinados cerca de 60 detentos em 2013. O grupo foi formado pela presidente da comissão, Ana Rita, e o vice-presidente, João Capiberibe (PSB-AP), além de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Humberto Costa

(PT-PE). João Alberto Souza e Lobão Filho, ambos do PMDB do Maranhão, também fizeram parte da comitiva.

Os parlamentares se reuniram com representantes da sociedade civil e autoridades maranhenses, entre elas, a governadora do estado, Roseana Sarney.

Crise penitenciária

Superlotada e dominada por facções criminosas, a Penitenciária de Pedrinhas expôs a crise no sistema carcerário maranhense e ganhou o noticiário internacional devido a sucessivos casos de violência entre os detentos. De acordo com a Secretaria de Estado da Justiça e Administração Penitenciária do Maranhão, atualmente há 2.196 presos no local, que tem capacidade para 1.770 pessoas.

Comissão cobra orientação a agricultor sobre Cadastro Ambiental

As equipes técnicas das prefeituras e dos governos estaduais devem se mobilizar para orientar os agricultores, especialmente os pequenos, sobre o preenchimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR). A preocupação é dos senadores Acir Gurgacz (PDT-RO) e Blairo Maggi (PR-MT), que discutiram o assunto no início da reunião de ontem da Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Obrigatório para todas as propriedades rurais, o cadastro é o primeiro passo para a regularização de áreas rurais com passivo ambiental, conforme previsto no novo Código Florestal. O aplicativo para preenchimento do CAR já está disponível da página do Ministério do Meio Ambiente na internet, mas o envio do documento preenchido ainda depende de instrução normativa a ser assinada pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

— O agricultor está descon-

fiado e ainda não sabe o que terá que fazer, pois o governo ainda não explicou como será a implantação do CAR — disse Gurgacz.

Conforme o parlamentar, é preciso esclarecer que o CAR é um registro eletrônico obrigatório, de caráter declaratório. Os agricultores, observou, deverão comprovar as informações declaradas sobre a propriedade por meio de plantas e outros documentos.

O senador também destacou o papel dos sindicatos e das associações de produtores

rurais na orientação sobre o cadastro.

— Quem não estiver nesse cadastro não poderá obter licenciamento ou autorizações ambientais nem conseguirá acesso a linhas de crédito em entidades públicas financeiras. E com a regularização ambiental da propriedade, o agricultor poderá fazer uso sustentável da floresta e produzir de forma mais integrada ao meio ambiente — frisou Gurgacz.

Ao pedir maior rapidez na implantação do CAR e de

outros mecanismos previstos no Código Florestal, Blairo Maggi disse estar havendo atuação arbitrária dos órgãos ambientais em Mato Grosso, que estariam aplicando multas com base na legislação anterior.

O senador, que preside a CMA, também apontou as prioridades da comissão para este ano, citando, entre elas, o acompanhamento dos gastos relacionados com a Copa do Mundo no Brasil e a fiscalização do uso de recursos públicos.



Blairo Maggi preside a reunião da CMA: senador pediu mais agilidade na implantação do Cadastro Ambiental Rural

Consultores veem retrocesso no projeto que regulamenta mineração

Estudo publicado pela Consultoria Legislativa do Senado apontou problemas no projeto de lei que define um novo marco regulatório para a mineração. De acordo com os consultores Luiz Alberto Bustamante, João Cavalcante Filho, Márcia Biato e Carlos Jacques Gomes, o texto, em discussão na Câmara, traz retrocessos em relação ao atual Código de Mineração, especialmente

pela excessiva intervenção estatal. Para os autores, o PL 5.807/2013, de autoria da Presidência da República, deveria apenas servir como ponto de partida para os debates.

O projeto cria normas semelhantes àquelas aplicadas ao setor de petróleo e contém inovações institucionais, como a criação do Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM) e a Agência Nacional

de Mineração (ANM). Propõe, ainda, mudanças regulatórias e o aumento dos royalties incidentes sobre os minérios. No entanto, afirmam os autores, faltam dispositivos que garantam a sustentabilidade do setor.

Ainda conforme o estudo, ao centralizar o controle do setor no Executivo federal, a proposta pode afastar outros atores e dificultar a atração de investimentos. A proposta

também não estabelece diretrizes básicas para a formulação dos regulamentos, além de deixar estados e municípios à mercê das iniciativas do governo federal. E, se mal conduzida, alertam, a exploração mineral pode gerar impactos significativos no meio ambiente.

O Brasil ocupa a terceira posição mundial em termos de valor da produção mineral, atrás da Austrália e da China.

Randolfe Rodrigues festeja os 256 anos de fundação de Macapá

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) comemorou ontem o aniversário de 256 anos da



fundação da cidade de Macapá. O senador lembrou que a cidade nasceu da implementação do projeto português de ocupação da Amazônia, ainda no século 18, época em que Portugal resolveu expandir domínios e se transformar em um enorme império colonial, no auge do período pombalino.

O parlamentar observou ainda que, mesmo tendo sido planejada inicialmente pelos portugueses para se tornar um modelo de “civilização branca” na Amazônia, Macapá se ergueu graças ao emprego maciço de mão de obra negra e indígena, o que contribuiu para dar à população do Amapá a característica de povo mais miscigenado do Brasil.

— Na esquina do rio mais belo, como dizemos, com a linha do Equador, constituímos uma mistura étnica, com um povo extremamente acolhedor — disse.

Cassol lamenta obras com problemas em rodovias de Rondônia

Ivo Cassol (PP-RO) lamentou ontem as condições precárias de diversas rodovias



que cortam Rondônia e a baixa qualidade das obras nessas estradas.

O senador explicou que as obras, entre elas as executadas na BR-364, resultam em uma melhoria provisória da via, já que a restauração do asfalto não suporta o grande movimento de caminhões e os buracos voltam a aparecer em poucos dias.

Cassol lamentou a falta de investimentos do governo federal em infraestrutura e destacou que, sem a existência de boas estradas, é impossível o país aumentar a produtividade e a geração de renda para a população.

— Até quando vamos contingenciar recursos para a infraestrutura? — questionou.

O senador ressaltou que tem recebido gestores municipais e estaduais desestimulados com a pouca receita para atender a alta demanda em saúde, educação e infraestrutura.

Proposta está pronta para votação na Comissão de Constituição e Justiça, com duas emendas apresentadas pelo relator

Código de Ética pode valer também para senador licenciado e suplentes

SENADORES LICENCIADOS
E suplentes de senador poderão ser submetidos às exigências e proibições do Código de Ética e Decoro Parlamentar. É o que está previsto no Projeto de Resolução do Senado (PRS) 80/2005. A proposta de Pedro Simon (PMDB-RS) estabelece ainda que jornais, revistas, periódicos, editoras de livros e agências de publicidade devem ser incluídos na lista de empresas de comunicação que os parlamentares são proibidos de controlar ou dirigir. Para Simon, é necessário apontar claramente atitudes e comportamentos que demandam abertura de processo por quebra de decoro.

A proposta está pronta para votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde o relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), apresentou duas emendas.



Simon defende clareza na indicação de comportamentos passíveis de apuração

Na primeira emenda, Luiz Henrique definiu que o suplente ficará sujeito às normas somente durante o exercício do cargo. Para essa alteração, o senador concluiu que seria imprescindível modificar o texto constitucional.

Com relação à possibilidade de aplicar as normas do

Código de Ética a senadores licenciados, o relator na CCJ lembra que já existe pronunciamento do Supremo Tribunal Federal (STF) no qual os impedimentos constitucionais e as normas relativas ao decoro valem também para os congressistas licenciados.

Luiz Henrique, no entanto,

ressalta que nada impede que as resoluções das Casas legislativas estabeleçam de forma explícita “aquilo que deflui implicitamente do texto constitucional”.

O senador destacou que o regimento poderia, então, especificar as proibições que figuram genericamente no texto constitucional, mas nunca “prever novas vedações”.

Na segunda emenda, Luiz Henrique propõe uma mudança justamente nesse sentido. Ele pede a supressão de artigo do projeto que proíbe parlamentares de serem proprietários de empresas de mídia impressa. Para o senador, isso só seria possível por emenda à Constituição.

Após a votação na CCJ, o projeto será analisado pela Mesa do Senado para depois ser promulgado e entrar em vigor.

Aloysio rejeita provocações de André Vargas a Joaquim Barbosa

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) criticou “as provocações” feitas pelo primeiro-vice-presidente da Câmara, André Vargas (PT-PR), ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, durante a sessão de abertura do ano legislativo, na segunda-feira. O deputado levantou o punho, tal qual os companheiros de partido José Genoino, José Dirceu e Delúbio Soares, condenados

no julgamento da Ação Penal 470, do mensalão.

Aloysio afirmou que a reprodução de gestos de petistas presos foi um ato grosseiro e intolerável. O senador acrescentou que o presidente do STF ainda foi alvo de provocações e “graçolas de humor rufianesco” pela internet.

— Quero condenar aquele gesto como uma manifestação de uma cultura política nefasta. Esse é o meu ponto. O problema é que André Vargas expressou naquele momento um sentimento que graça impunemente e alegremente nos mais altos escalões da República: o de desprezo pelas instituições — afirmou.

Aloysio disse que a mensagem presidencial encaminhada por Dilma Rousseff ao Congresso foi vazia e demonstra que a presidente não está engajada em fazer as mudanças que os brasileiros esperam em áreas como segurança e saúde.



Para Aloysio Nunes, gestos de petistas mostram desrespeito às instituições

Jarbas critica deputado por se opor a perda automática de mandato

O senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) criticou o líder do PT na Câmara, José Guimarães, por ele não concordar em votar logo a proposta que prevê perda automática do mandato de parlamentar condenado por crime contra a administração pública ou por improbidade administrativa. Guimarães alega que seria “fazer terrorismo” votar a matéria em ano eleitoral. Jarbas é o autor da proposta (PEC 18/2013).

— Só um aloprado pode dizer tal coisa. É lamentável que a gente chegue a um ponto em que uma matéria de um significado de uma PEC chegue à Câmara e se encontre numa situação desta: o PT dizendo que é um terrorismo votar em ano eleitoral — afirmou o senador.

Jarbas também criticou o deputado André Vargas (PT-PR), que, segundo a imprensa, disse em mensagem de celular, durante a abertura dos trabalhos do Congresso, que gostaria de dar uma cotovelada no presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa.

O senador considerou um deboche contra o STF o deputado João Paulo Cunha, um dos condenados no mensalão, ter visitado ontem, antes de ser preso, um acampamento no estacionamento do tribunal montado por manifestantes contrários às condenações.



Jarbas critica PT por oposição à perda automática de mandato de condenados

Projeto visa aumentar rigor contra desvios no serviço público

Peças de processo penal poderão fazer parte de processo administrativo contra servidor. É o que prevê projeto (PLS 562/2011) pronto para ser votado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O texto do senador Humberto Costa (PT-PE) altera a Lei 8.112/1990, que trata do regime jurídico dos servidores públicos da União, para prever a possibilidade de o presidente de comissão de processo disciplinar solicitar cópias de peças probatórias constantes do processo penal correspondente.

Para o autor, a medida pode ajudar a combater desvios no serviço público. O relator, Eunício Oliveira (PMDB-CE), é favorável ao projeto, que tramita em decisão terminativa. Para o relator, o texto promove “a interface entre o direito processual administrativo e o direito processual penal”.

Proposta isenta de IR aposentadoria de albinos

A aposentadoria de pessoas com albinismo pode ficar isenta do Imposto de Renda. É o que prevê o Projeto de Lei do Senado (PLS) 245/2012, que está na pauta da reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) marcada para hoje, às 9h.

A proposta, do senador Eduardo Amorim (PSC-SE), tem o apoio da relatora, senadora Ana Amélia (PP-RS). O texto tramita em decisão terminativa, isto é, tem votação final na comissão antes de ir à Câmara.

A CAS também deve analisar o projeto (PLS 233/2012) que busca garantir a disponibilidade de leitos em unidades de terapia intensiva na rede hospitalar do Sistema Único de Saúde (SUS). Do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), o projeto tramita em caráter terminativo e tem o apoio do relator, Humberto Costa (PT-PE).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Cidadão pode opinar on-line sobre prazo de validade do exame da OAB

Projeto fica aberto a crítica dos internautas a partir de hoje. Manifestações ficarão visíveis para todos e auxiliarão na decisão dos senadores

A PARTIR DE hoje, o Senado coloca em consulta pública, no Portal e-Cidadania, projeto de lei que fixa em três anos a validade da aprovação na primeira etapa (prova objetiva) do exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), caso o candidato tenha sido reprovado na segunda fase (prova prática e subjetiva). Na consulta pública, o internauta pode até mesmo sugerir modificação ou inclusão de dispositivos na proposta que a Casa analisa (PLS 397/2011).

Há dois projetos sobre o assunto tramitando no Senado, ambos com alterações no Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/1994). O PLS 188/2010, do ex-senador Paulo Duque, torna a aprovação na primeira fase do exame da OAB válida por cinco anos. Já o PLS 397/2011, do senador Eduardo Amorim (PSC-SE), sugere três anos como prazo — esse será o texto básico da consulta pública.

Em novembro, o Conselho Federal da OAB fez uma primeira mudança, editando o Provimento 156/2013, que permite o aproveitamento do

resultado da primeira fase no exame subsequente.

A proposta que estende para três anos a possibilidade de aproveitamento encontra-se na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), sob a relatoria de Ana Amélia (PPRS), que solicitou a consulta pública.

— O principal objetivo da consulta pública é ampliar o debate democrático e construir um texto que atenda as reais necessidades da sociedade — explica a senadora.

Como participar

Para participar da consulta, basta acessar a página principal do site do Senado e clicar no banner verde “Exame da Ordem”, que fica na aba “Dê sua sugestão”, na parte inferior da página. O endereço direto é <http://bit.ly/OAB1aFase>.

A participação requer cadastro do usuário no Portal e-Cidadania. As manifestações registradas ficarão visíveis a todos, conforme as regras da consulta pública, após a verificação da conformidade com os termos de uso da ferramenta.



Reprodução

Mozarildo denuncia campanha antecipada em Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) acusou o governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, de usar inaugurações de obras públicas para fazer propaganda eleitoral antecipada de candidatura ao Senado.

O senador aponta uso da máquina pública para marketing eleitoral pessoal e acredita que se trata de mais um exemplo da necessidade urgente de acabar com o instituto da reeleição.

— Aquele inescrupuloso que governa um estado, como é o caso do meu, pressiona prefeitos, pressiona vereadores, compra fulano, beltrano e sicrano e aí tem o poder político e econômico na mão, da máquina estatal, para fazer campanha. Isso realmente desnivela a campanha e a disputa eleitoral.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Mozarildo cita Roraima para defender o fim da reeleição

Senadora quer campanha sobre participação da mulher na política

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu em pronunciamento ontem a promoção de campanha de esclarecimento sobre a importância da participação feminina na política.

Ela explicou que, de acordo com a minirreforma eleitoral, aprovada no final do ano passado pelo Senado, cabe ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) promover campanhas com essa finalidade seis meses antes das próximas eleições.

Vanessa contou que um grupo de deputadas e senadoras procurou o presidente do TSE, ministro Marco Aurélio. E, segundo a senadora, ele foi receptivo à ideia.

A aprovação da emenda e o apoio do TSE são desdobramentos da campanha Mulher, Tome Partido, iniciativa conjunta da Câmara e do Senado.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Vanessa lembra que 52% do eleitorado brasileiro é de mulheres

Vanessa Grazziotin é a nova líder do PCdoB no Senado

Durante a sessão deliberativa de ontem, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) comunicou que a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) é a nova líder do PCdoB no Senado.

Inácio Arruda, que foi o líder do partido em 2013, afirmou que Vanessa — atual titular da Procuradoria Especial da Mulher do Senado — tem uma trajetória de vida pública muito significativa, especialmente para o PCdoB, onde tem feito um trabalho de valorização da ação política das mulheres.

— Ela foi vereadora, de lá saiu para a Câmara Federal, exerceu três mandatos, assim como eu também exerci três mandatos como deputado federal. Em seguida, ela é eleita senadora pelo estado do Amazonas, numa ampla aliança, na eleição de 2010, juntamente com o senador e ex-governador Eduardo Braga, que também foi prefeito da cidade de Manaus — lembrou Inácio.

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), cumprimentou a nova líder e elogiou o desempenho dos senadores da legenda dentro da base governista.

Humberto Costa reassume liderança do PT na Casa

O senador Humberto Costa (PT-PE) é o novo líder do partido no Senado. Humberto substituiu o senador Wellington Dias (PT-PI). A mudança foi decidida, por unanimidade, em reunião ontem no gabinete da liderança.

— O desafio da liderança é, principalmente, fazer a defesa política do governo, avançar em pontos para a complementação do projeto de governo da presidenta Dilma que, neste primeiro mandato, carecem ainda de decisão do Congresso Nacional e, acima de tudo, nos dirigir à sociedade também no que diz respeito à futura composição do Senado, à necessidade de que possamos ter aqui um corpo político de maioria — disse Humberto.

Humberto Costa já foi líder do PT em 2011.



Pedro Franco/Agência Senado

Humberto diz que o PT tem o desafio de fazer a defesa política do governo

Rolleberg destaca diretrizes para programa do PSB, Rede e PPS

O PSB e a Rede Sustentabilidade apresentaram ontem documento com diretrizes para elaboração de programa de governo a ser divulgado à sociedade durante a campanha eleitoral, tarefa que contará ainda com o apoio do PPS. A informação é do senador Rodrigo Rolleberg (PSB-DF), em pronunciamento no Plenário.

Rolleberg avaliou que o Brasil avançou muito nos últimos anos, reconhecendo conquistas como a estabilidade econômica, no governo de Fernando Henrique Cardoso, e a inclusão social de milhões de brasileiros durante o governo de Lula. O parlamentar, no entanto, entende que é preciso oferecer muito mais à população brasileira, cuja insatisfação ficou evidente nas manifestações de rua em 2013.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Rolleberg acredita que a população quer mais do que já obteve

Lídice da Mata ressalta lançamento de programa do PSB-Rede

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) registrou o lançamento das diretrizes do programa de governo do PSB e da Rede Sustentabilidade, ocorrido ontem na Câmara. Ela explicou que as diretrizes estão baseadas em cinco eixos principais: estado e democracia de alta intensidade; economia para o desenvolvimento sustentável; educação, cultura e inovação; políticas sociais e qualidade de vida; e o novo urbanismo e pacto pela vida.

— O destaque do discurso do governador Eduardo Campos foi justamente o pilar da educação, o que é extremamente importante para nós colocarmos como abertura deste ano de 2014 para o pensamento, a preocupação e a mobilização de todos os brasileiros e brasileiras — comentou a senadora.



Pedro Franco/Agência Senado

Lídice destaca mobilização em torno do tema da educação



Comissão deverá levantar informações sobre licitações e cartéis do transporte público nas maiores cidades do país

Requião quer início da CPI do Transporte este mês

Autor do pedido de criação da comissão pedirá aos partidos que indiquem integrantes para que investigações sejam feitas ao longo do semestre e relatório final seja apresentado até julho

O AUTOR DO pedido de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Público, Roberto Requião (PMDB-PR), solicitará aos partidos políticos que indiquem representantes para que a comissão seja instalada e, em até 90 dias, apresente uma resposta para a reorganização do sistema de transporte de ônibus. O senador reitera que “será uma CPI técnica, e não um show político de véspera de eleição”.

Requião explicou que o Regimento Interno do Senado já prevê os critérios de indicação dos membros titulares e dos suplentes das CPIs e, por isso, os trabalhos investigativos podem começar rapidamente. — Agora falta que os partidos



Requião: “CPI não é espetáculo. Tem que ser rápida e apresentar solução”

indiquem os seus membros. E eu tenho uma visão especial sobre essa CPI. Ela tem de ser muito rápida e apresentar uma

solução. Não é um espetáculo para a mídia, mas é uma resposta ao movimento das ruas e uma necessidade do governo federal — afirmou.

O senador disse ter estranhado as pressões que sofreu para que a CPI não se viabilizasse.

— Medo do que tem essa gente? Medo do que tem o governo? Por que a Ideli [Salvatti, ministra de Relações Institucionais] pressionou senadores para retirar a assinatura?

O senador avalia que a CPI pode iniciar os trabalhos já em fevereiro e realizar as atividades ao longo do primeiro semestre, levantando informações sobre licitações e cartéis do transporte público, para apresentar relatório final até julho.

Entra em vigor lei que pune empresas corruptoras

O Brasil passou a ter a primeira norma legal que pune empresas corruptoras. Entrou em vigor na quarta-feira passada a Lei 12.846/2013, que prevê a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública. O projeto foi aprovado pelo Senado em 4 de julho de 2013.

Empresas flagradas em irregularidades como fraudes em licitações públicas, manipulação do equilíbrio financeiro de contratos ou oferta de vantagem indevida a agente público poderão pagar multa de até 20% do faturamento bruto. Quando não for possível definir o valor do faturamento, a multa poderá variar de R\$ 6 mil a R\$ 60 milhões.

Além disso, as empresas sujeitam-se a perder bens, direitos e valores obtidos com a infração e a ter a interdição parcial das atividades. O Ministério Público poderá solicitar a dissolução compulsória da pessoa jurídica.

Outra sanção é a proibição de receber subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de instituições financeiras públicas pelo período de um a cinco anos.

A empresa condenada será obrigada também a custear a publicação, em meio de comunicação, do extrato da sentença que a condenou pela prática de corrupção.

Conforme a lei, a punição da pessoa jurídica não exclui a responsabilização individual

de dirigentes ou administradores. Também não afeta processos por atos de improbidade administrativa e decorrentes de infrações à Lei de Licitações (Lei 8.666/1993).

A norma abrange atos lesivos de empresas brasileiras contra a administração pública estrangeira, ainda que cometidos no exterior.

De iniciativa do Executivo, a proposta tramitou no Senado como PLC 39/2013. Relator no Plenário, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse que, além de atender recomendação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o projeto valoriza a imagem brasileira no cenário internacional.

— Com a lei anticorrupção, as empresas internacionais teriam incentivos renovados para direcionar seus investimentos ao Brasil, posto que o ambiente negocial do país estaria revestido de maior transparência e segurança jurídica — afirmou Ferraço.



Ferraço diz que a nova lei favorece a transparência e a segurança jurídica

Embaixada do Brasil no Haiti expedirá vistos com mais rapidez, anuncia Jorge Viana



Jorge Viana (PT-AC) comemorou ontem o anúncio feito pelo Itamaraty de melhoria do serviço de expedição de vistos pela embaixada do Brasil em Porto Príncipe, capital do Haiti.

De acordo com o senador, com a medida, milhares de cidadãos haitianos interessados em emigrar para o Brasil poderão vir ao país diretamente, sem ter que fazer escalas em diversos países latino-americanos, reduzindo significativamente as despesas com a viagem.

— Até recentemente, era de quatro meses o prazo para expedir um visto em Porto Príncipe. Por conta disso, haitianos, querendo chegar ao Brasil, fazem essa rota, passando pela República Dominicana, pelo Panamá, depois Equador, Peru e Brasil, sendo explorados por “coiotes”, gastando 2 mil dólares e vindo em absoluta insegurança — disse Viana.

O senador informou que o tempo de expedição de passaportes deverá cair para um mês na embaixada brasileira.

Petecão pede ao Ministério da Justiça providências para aumentar segurança no Acre



Sérgio Petecão (PSD-AC) informou que encaminhará ao Ministério da Justiça pedido de providências com relação aos problemas de segurança enfrentados no Acre. Segundo o senador, a população do estado está preocupada com o crescimento da criminalidade.

— O estado do Acre perdeu a guerra para os bandidos. Os índices de violência são assustadores. Temos que atender ao apelo da população, que está com medo — alertou o senador.

Para ele, é preciso uma operação de guerra para combater, principalmente, a entrada de drogas que vêm de países vizinhos, como Peru e Bolívia. O senador diz não perceber ações do governo do estado ou do governo federal para resolver o problema.

No mesmo pronunciamento, Petecão disse esperar que o governador do estado, Tião Viana (PT), cumpra promessa de campanha e consiga recuperar as ruas do município de Sena Madureira, que estariam em “situação caótica”.

Brasileiros têm se tornado reféns dos bandidos, afirma Jayme Campos



Jayme Campos (DEM-MT) lamentou ontem a escalada de violência no país. Ele disse que muitos dos crimes — como contrabando de armas e drogas, sequestros e assassinatos — são pensados e ordenados de dentro das cadeias.

— Somos reféns da tirania dos bandidos, prisioneiros da insegurança e escravos das sombras sociais emanadas do crime organizado — disse.

Segundo o senador, a ONG Conselho Cidadão, sediada no México, apontou 16 cidades brasileiras entre as 50 mais violentas do mundo. Cuiabá aparece na 29ª posição. Jayme salientou que neste ano já foram registrados 38 assassinatos na região metropolitana da capital mato-grossense.

Ele criticou a intenção do Exército de desativar quatro postos de fronteira em Mato Grosso e cobrou mais investimentos de segurança nas regiões de fronteira, sugerindo uma reunião dos parlamentares do estado com representantes do governo e do Exército.

Gurgacz elogia plano nacional de pavimentação de estradas, que começa em Rondônia



Acir Gurgacz (PDT-RO) comemorou ontem em Plenário a concretização do programa nacional de pavimentação de estradas vicinais, que está sendo iniciado em Rondônia. Ele explicou que o programa é um exemplo de política pública surgido de um debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado e está sendo viabilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, em parceria com os governos municipais e estadual.

O senador lembrou que a maior parte das estradas rurais ou vicinais está sob a responsabilidade das prefeituras, que não têm condições de arcar com os gastos de pavimentação.

— A proposta, então, é fazer uma união do governo federal, do governo municipal, do governo do estado e começarmos a pavimentar as estradas rurais ou as estradas vicinais. Essa proposta encontrou o apoio técnico, científico e político do ministro Pepe Vargas e está entrando em operação pelo estado de Rondônia — disse.